



DESBORDE DE FRONTEIRAS: UMA APROXIMAÇÃO METODOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964-1985) COM O USO DE FONTES JORNALÍSTICAS INTERNACIONAIS

Daniel Azevedo Muñoz¹

RESUMO: Este artigo visa discutir os aspectos metodológicos para o uso de jornais históricos internacionais na construção da História das Relações Internacionais do Regime Militar Brasileiro (1964-1985), especialmente no que concerne a relação da ditadura com os Estados Unidos. Se apresenta uma aplicação e uma aproximação historiográfica para o objeto citado, utilizando-se de uma combinação das teorias da História Contemporânea, dos Estudos de Relações Internacionais e especialmente da Comunicação, buscando assim construir um ethos transdisciplinar para chegar a análises distintas e contribuir para a ampliação dos relatos históricos possíveis sobre o período.

PALAVRAS-CHAVE: *Ditadura Militar Brasileira. Relações entre Estados Unidos e Brasil. Comunicação. Jornais Históricos. História Contemporânea.*

ABSTRACT: This article aims to discuss the methodological aspects for using historical international newspapers in the development of the International Relations' History of the Brazilian Military Regime (1964-1985), especially in its relations with the United States. An application is presented for an historic approximation to the object of this research, utilizing a combination of theoretical material from Contemporary History, International Relations Studies and especially Communications, aiming to develop a transdisciplinary ethos to arrive in new analysis and contribute to the amplification of possible historic reports about the period.

KEYWORDS: *Brazilian Military Dictatorship. United States and Brazil Relations. Communications. Historic Newspapers. Contemporary History.*

¹ Doutorando em História Contemporânea pela Escuela de Doctorado da Universidad Autónoma de Madrid, realizando um estágio doutoral no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Mestre em História Contemporânea pela Facultad de Filosofía y Letras da Universidad Autónoma de Madrid. Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: danielmunoz321@gmail.com.

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 13 - Volume 01 - Edição 27 - Janeiro-Junho de 2023

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

Introdução

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a História. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour* – e esse dia é justamente o do juízo final (Benjamin, 2020).

Na terceira tese sobre o conceito da História, desenvolvida por Walter Benjamin (2020), observa-se que todo relato de algum ocorrido garante sua existência no que consideramos a História, mesmo que esta nunca possa ser contada em plenitude pela humanidade. Desta interpretação filosófica do historiador alemão, retira-se que nenhuma construção historiográfica pode almejar determinar-se como a História definitiva de um período, acontecimento ou relação. Dentro desta linha de análise, propõe-se uma visão de tal construção em relação aos conceitos da comunicação.

32

Sobre esta base, este artigo apresenta uma aproximação metodológica para o uso de fontes jornalísticas para o estudo da História das Relações Internacionais, especificamente aplicando o método de interpretação de fontes ao estudo da mídia internacional, durante os anos militares do Brasil (1964-1985). De acordo com uma interpretação benjaminiana, este trabalho metodológico não almeja esgotar tais ferramentas e formas de análise, mas sim apresentar uma linha fundamentada de trabalho, utilizada na construção de uma pesquisa mais ampla. Neste espectro, observa-se como se pode tratar tais fontes analisadas baseando-se nas teses sobre a construção da história, relacionando-as com o papel comunicacional de tais fontes, utilizando-se dos marcos teóricos de Ciro Marcondes Filho (2013) e Cremilda Medina (2006) para tais relações interdisciplinares.

O labor jornalístico e sua maneira de afetar a construção do relato

O desenvolvimento de um relato histórico necessariamente precisa contemplar múltiplos fatores sobre a origem e a constituição prévia das fontes utilizadas. Ao realizar a construção de uma História de caráter transnacional, como no caso da História das Relações Internacionais, tais fatores ganham redobrada importância, especialmente porque sua gama se amplia e se diversifica. Portanto, a compreensão a fundo do processo comunicacional e da sua realidade dentro dos meios de comunicação do período estudado se torna imprescindível para o desenvolvimento de tal trabalho.

O modelo clássico de análise do trabalho jornalístico define que este tenderá a dividir-se entre a construção de relatos informativos e opinativos, este último normalmente acompanhado de uma figura de autoridade intelectual/moral a oferecer a “responsabilidade” pelo mesmo, podendo ser um repórter, um correspondente ou a “instituição” do jornal, como no caso de editoriais (Medina, 2006: 79). Contudo, essa divisão não impõe que na “informação” se exclua toda a influência da “opinião”, esta que se torna a base das preocupações metodológicas da análise proposta.

As próprias características dos meios e dos profissionais do jornalismo, que servem de fonte neste caso, são também um fruto histórico de seu local e tempo, vide exemplo da descrição da origem das prioridades e definições jornalísticas tradicionais do Brasil, para a segunda metade do século XX, conforme Medina:

(...) organizou-se uma hierarquia editorial sob variadas hegemonias. Por exemplo, os anos 1970, no Brasil, foram marcados pelo modismo do *jornalismo econômico*²; após a queda da ditadura, entrou em alta o *jornalismo político*³; ao longo de várias décadas, o *jornalismo científico*⁴ ensaiou assumir o topo da pirâmide; na primeira metade do século passado, o *jornalismo cultural*⁵ viveu tempos nobres com os suplementos literários, que tiveram seu declínio nas últimas décadas, e os saudosistas se debateram com o novo formato e sentidos dos “segundos” cadernos, voltados para um público menos elitista (...) (Medina, 2006: 80)

² Itálico no original.

³ Itálico no original.

⁴ Itálico no original.

⁵ Itálico no original.

Além da compreensão do processo comunicacional, esta análise revela a importância por trás do entendimento do histórico do veículo escolhido como fonte, para o trabalho historiográfico. Medina levanta outro ponto, ao discutir a produção das narrativas no jornalismo cultural, que pode encontrar paralelo no trabalho da mídia internacional e no desafio de combinar mídias de distintos países para a construção de um relato individual deste processo comunicacional entre vertentes de desenvolvimento da informação:

O ato de relação do jornalista com seu povo ocorre na comunhão, e não na rejeição. Surpreendem-se, em várias matérias ou críticas das obras de arte, seja literatura, cinema, teatro, artes plásticas, fotografia ou multimídia, a ironia, o desprezo, o juízo corrosivo que denunciam a impossibilidade de lidar com o Outro. Só o impulso interativo e afetuoso irradia a auto-aceitação e abre os poros para se ouvir o diferente. (...)

(...)

Ao abordar, neste capítulo, a marca criativa (autoral) do produtor de significados nas narrativas da contemporaneidade – o jornalismo na proa dessas práticas –, descortinam-se imediatamente desafios de raiz cultural e as digitais que anunciam o local, o regional, o nacional e o universal. Do ponto de vista da formação do mediador-autor da comunicação coletiva, não importa o suporte midiático, a experiência de ensino-aprendizagem recebe do *gesto da arte*⁶ uma oportunidade ímpar de sensibilização que favorece o trânsito social e a redescoberta de seu povo, sua sociedade⁷ (Medina, 2006: 86-87).

Conforme descreve a autora, a descrição da necessidade da aproximação do jornalista com a sua própria fonte, para que se realize seu trabalho, não apenas se aplica ao jornalismo cultural, podendo ter um paralelo com o que se observa nas coberturas internacionais. No caso do objeto deste artigo, observa-se na realidade da cobertura estadunidense do período do Regime Militar uma clara diferenciação entre as várias coberturas realizadas por estrangeiros, tanto em comparação à cobertura nacional, como em comparações internas deste microuniverso.

Pela própria estrutura da construção da notícia, distinções são naturais entre notas de agências (*Associated Press, United Press*) e coberturas de correspondentes dos grandes jornais com sucursais locais (*The New York Times, Washington Post, Los*

⁶ Itálico no original.

⁷ Referência no original: (Medina, 1999).

Angeles Times). Contudo, observa-se que estas diferenças se ampliavam pela característica do trabalho de cada jornalista em si, além de qual fora a oportunidade que o veículo lhe deu para realizar seu trabalho. Caso amplie-se tal análise para incluir mídia de outros países, seria possível observar, juntamente com as já citadas, mais variações culturais de uma produção mediática de distinta matriz. Outro fator estruturante que deve ser considerado é a característica de que o labor jornalístico trabalha com autorreferências sempre que possível, como aponta Bernardo Kucinski, pelo fato de que se um relato é publicado uma vez, mesmo que nunca comprovado, torna-se uma fonte qualificada para todo trabalho jornalístico posterior (1998).

No exemplo estadunidense, observa-se que o nível de detalhes não é o único fator que se altera nas coberturas da época entre os materiais de agência e os materiais dos próprios veículos, há também um diferencial adicional em coberturas que são acompanhadas pela assinatura de um correspondente. Tal firma não somente determinava que aquela cobertura era de maior relevância para o veículo, mas também indicava que se tratava um trabalho no qual este profissional se havia debruçado e aproximado com maior ímpeto⁸.

Para além das condições impostas pelos meios e circunstâncias, existe também o filtro de mediação que a origem prévia do jornalista acaba por aplicar sobre o conteúdo, que poderia ser chamado de maneira simplificada de ponto de vista. Para observar potenciais distinções na construção destes relatos à época, todos realizados por estadunidenses, pode-se comparar os trabalhos de John dos Passos e Juan de Onís. Ao ler a obra *O Brasil em Movimento*, de Passos, nota-se todas as características de uma cobertura jornalística dedicada, com devido grau de complexidade e especialmente uma notável aproximação do profissional com os personagens do relato que ele oferece (2013). Contudo, o conteúdo da obra se condiciona fortemente pela ideologia prévia do jornalista, permeando não somente as análises realizadas, como as escolhas interpretativas entre acontecimentos que abrem margem para dupla-interpretação,

⁸ Sobre o trabalho dos correspondentes internacionais no Brasil, as informações provêm de entrevistas realizadas pelo autor com Joseph Novitski, nas quais o ex-correspondente do *New York Times* explicou o andamento do trabalho realizado à época pelos jornalistas estrangeiros no país, que em sua maioria dividiam escritórios e máquinas de Telex no Rio de Janeiro. As entrevistas nas quais estes relatos foram colhidos ocorreram de maneira virtual entre 2 e 16 de abril de 2020.

podendo afetar até mesmo a escolha de fontes por parte do estadunidense. Já os artigos assinados por Onís no *New York Times* e sua obra *The Alliance that Lost its Way: A critical report on the Alliance for Progress* (1970), realizada em conjunto com Jerome Levinson, têm as mesmas características vistas em Passos, de uma construção de relato que demonstra aproximação, porém conta com um plano de fundo ideológico completamente distinto, quase inverso no contexto daquele período.

Os motivos para a diferença entre o quadro ideológico destes dois jornalistas estadunidenses são variados. Para uma completa compreensão da origem de tais, seria necessário um estudo completo sobre cada um dos autores. Algumas informações básicas já podem delimitar distintas origens culturais entre eles, mesmo ambos sendo estadunidenses e dividindo período histórico, considerando uma diferença geracional. Passos era descendente de portugueses, de imigração para os EUA ocorrida no século XIX. Próximo a Ernest Hemingway, foi um entusiasta desiludido com a esquerda, baseando-se em interpretações pessoais do que viveu junto de seu amigo romancista na Guerra Civil Espanhola, fazendo com que este criasse uma visão anticomunista bastante semelhante à orwelliana.

Já Onís era descendente de espanhóis, de chegada mais tardia aos EUA, já no século XX. O jornalista não somente fazia parte dos refugiados da Segunda República Espanhola, como seu pai, Federico de Onís, era figura influente e ligada intimamente ao governo deposto do país pelo Golpe de Estado do general Francisco Franco. Dizendo isso, não se afirma que Onís tenha sido um comunista⁹, afinal a História da Guerra Civil e da Segunda República Espanhola é profundamente menos maniqueísta que esta visão natural de um contexto de Guerra Fria, do período que estuda este artigo. Todavia, observa-se nestas informações alguns sinais que oferecem base para a interpretação do motivo pelo qual ficaram tão distantes os trabalhos de ambos estes jornalistas.

Medina aponta outros vieses a se atentar para o tratamento de fontes jornalísticas, como por exemplo o papel de relação entre a mídia e a construção do(s)

⁹ Ler a palavra “comunista” dentro de uma visão da Guerra Fria, em que se forçava equivalência entre várias vertentes de pensamentos contra hegemônicos taxando-os como “comunistas”, num contexto de guerra cultural.

Estado(s) estudado(s). Em um exemplo de Estado do modelo de Westfália¹⁰, há de se considerar a vinculação íntima entre o mesmo e a mídia, que manteve¹¹ um papel institucional incontestável de “quarto poder” (Medina, 2006: 91-92) no período estudado. No entanto, é necessário contemplar as diferenças no histórico e nas formações dos Estados brasileiro e estadunidense para compreender por que este modelo de relação entre mídia e Estado não ocorre exatamente da mesma maneira em ambos os países, mesmo com os modelos de veículos jornalísticos sendo semelhantes. Tal observação se torna urgente para que se possa comparar a análise da mídia norte-americana com a mídia nacional brasileira no período estudado. Outros fatores que distinguem os estudos de mídia internacional e nacional neste período são as diferenças entre os formatos e a efetividade da censura aplicada pelo Regime a estes distintos tipos de cobertura jornalística¹².

Censura e a sua relação com a construção do relato jornalístico

Outro ponto importante para se considerar é que o controle das fontes de informação oficial, que muitas vezes são base para a produção jornalística, é de fácil influência do Estado e de seu aparato, o que implica que um governo autoritário sempre pode sonegar informações para quaisquer tipos de mídia, seja nacional ou internacional. Ao se observar a cobertura do período, nota-se que este tipo de sonegação de informação afetou coberturas tanto nacionais quanto internacionais. Mesmo assim, o

¹⁰ O sistema westfaliano é o modelo que inaugurou e ofereceu as bases para o que hoje se conhece como um “estado-nação”, de modelo europeu, expandido pelo mundo posteriormente para a criação do sistema atual de Direito Internacional. Para expandir no tópico, recomenda-se a Escola Inglesa de Relações Internacionais, ver (Gong, 1984), (Bull, 1977) e (Bull e Watson, 1984), além das atualizações realizadas pela Segunda Geração da Escola Inglesa, em (Donnelly, 1998) e das interpretações contemporâneas por (Aimé González, 2020).

¹¹ Pode-se dizer que este papel dos meios de comunicação se manteve desde sua formação, vinculado à própria ordem política e estatal da época, até o recente advento das mídias sociais, que retirou, ao menos, o monopólio destes veículos como instituições vinculantes à política nacional e internacional, na figura do chamado “quarto poder”.

¹² Sobre as distintas formas de censura e seus condicionantes, durante a ditadura militar, ver (Kucinski, 2018) e (Gaspari, vol. 2, 2016). Nas entrevistas realizadas com Novitski, o correspondente também revelou diversas técnicas de controlar o trabalho dos jornalistas estrangeiros no Brasil, desde o bloqueio físico do uso das máquinas de Telex, até a extorsão de pessoas com acesso aos mesmos, para que se filtrassem informações do trabalho jornalístico diretamente à “Inteligência” das Forças Armadas.

acesso a outras maneiras de receber e/ou confirmar informações, além das fontes oficiais, pôde ser alcançado por repórteres de ambas as realidades. Contudo, o uso ou não de tais informações acessadas também se condicionava à realidade nacional ou internacional do trabalho de tais jornalistas.

Um emblemático exemplo se vê na cobertura do correspondente do *New York Times* no Brasil, Joseph Novitski, sobre os casos de violência e terrorismo estatal que ocorreram durante a ditadura, além da latente censura do período mais repressivo do Regime de vinte e um anos, no qual o estadunidense trabalha no país. Em entrevista (com informações que se confirmam ao se observar os textos de sua cobertura no país), o jornalista demonstra porque algumas informações apareciam ou não em sua cobertura, exemplificando até casos de autocensura¹³. Neste caso específico, informações acabaram por ser sonegadas do público pelo próprio jornalista, por nenhum motivo que concerne as mesmas, mas sim pelos perigos de violência e opressão que pairava no país. Estas decisões jornalísticas também ganharam distinto caráter quando se noticiou ou deixou de se noticiar informações sobre perseguidos e presos políticos, o que podia condicionar não somente a possibilidade de estes recuperarem sua liberdade, como a sua própria sobrevivência¹⁴.

Para expandir esta análise, há de se observar além da atuação destes jornalistas nos próprios períodos de exceção, mas contemplar também que a formação destes profissionais baixo este tipo de violência estatal a seus trabalhos condiciona todo seu labor, mesmo após o fim destes Regimes, como demonstra Medina:

Embora o adjetivo *político*¹⁵, aposto ao jornalismo, não são apenas os que se reúnem nessa qualificação que exercem a regulação entre Estado democrático e sociedade. Toda a informação de atualidade vem atravessada por tensões que não facilitam, à partida, as mediações sociais. Nem códigos do consumidor, nem códigos de ética ou conselhos de redação conseguiram superar o conflito dos autoritarismos. (...) Em um depoimento de Pedro Nava em 1984 (seis meses antes de morrer), quando trabalhava em um livro sobre os

¹³ Sobre autocensura, ver (Kucinski, 1998) e (Medina, 2006).

¹⁴ Como revelado por Novitski em entrevista de 9 de agosto de 2020. Sobre casos semelhantes, ver também (Medina, 2006, 101-118).

¹⁵ Itálico no original.

escritores brasileiros¹⁶, o médico interpretou essa batalha como *guerrilha homeopática*¹⁷ (...) (Medina, 2006: 99)

Dentro deste cenário, torna-se indissociável a compreensão da censura e de suas formas, de toda e qualquer informação jornalística, ao utilizar-se destas como fonte para a construção do relato historiográfico. Medina define que em algum nível de censura, visível ou invisível, se mistura toda e qualquer informação jornalística do período contemporânea da História (2006: 101). Considerando que o jornalismo se tornou a principal fonte de acesso à informação e que o acesso irrestrito a esta se tornou base das revoluções liberais do anterior período histórico, conclui-se portanto que o cerceamento de tal labor é intrinsecamente antiliberal, mesmo quando apenas é declaradamente anticomunista. No caso brasileiro, esta característica da aplicação da censura se observa no Regime Militar, mas também no Estado Novo varguista, onde se nota melhor a duplicidade das características citadas.

(...) Mas a situação se complica, porque não é apenas esse cenário macropolítico que dificulta ou impede o livre trânsito das notícias. Toda a narrativa, construída com base no acontecimento contemporâneo, representa um delicado tecido em que as tensões das microestruturas de poder e as estruturas intermediárias de decisão procuram de alguma forma impor seus interesses, suas competências e ideologias e, sobretudo, sua visão de mundo. O dramático é o vírus da censura que se expande, ou no autoritarismo explícito de quem manda ou na subjetivação da cultura do medo. Qualquer que seja a estrutura de poder, ela alimenta pequenas e médias censuras nas práticas cotidianas (Medina, 2006: 108).

Nesta interpretação, deve-se considerar os cerceamentos que partem da sociedade civil também. No caso da chamada mídia brasileira tradicional, as principais fontes de tais recortes de informação são os interesses econômicos/políticos dos seus “donos”, sejam os reais proprietários ou os interessados econômicos que exercem controle sobre estes meios. Tendo em conta tal circunstância, Medina aponta que, além de tudo, há de se considerar que em tempos em que a censura estatal diminui, a censura e o controle por parte destes outros poderes aumenta. A autora, porém, reitera que

¹⁶ Referência no original: (Medina, 1985).

¹⁷ Itálico no original.

nenhum desses aparatos compara-se em nível de violência ao aparato de censura estatal de um regime de exceção (2006, 108-109).

Racionalidade no labor jornalístico

Há um senso comum de que a racionalidade serve para que os profissionais de imprensa consigam exercer seus trabalhos da melhor maneira, especialmente em situações adversas, quando são máximos os cerceamentos. Exemplos das criativas formas que jornalistas se utilizam para burlar a censura são fontes de confirmação para este tipo de conclusão. Contudo, Medina traz também o argumento de que esta mesma racionalidade, em tempos de maior institucionalização do sistema político, acaba sendo um incentivo ao conservadorismo no trato das informações e a uma autocensura na ousadia de alguns relatos possíveis (2006: 110). Tendo em vista esta dicotomia, compreende-se o poder do discurso de “legalização” dos regimes autoritários, como foi recorrente na ditadura militar. A institucionalização destes regimes e a “aceitação” deles como “justos” e “democráticos” modelos, num ponto de vista não somente político como jurídico, poderia trazer à tona tal sentimento por parte dos trabalhadores da notícia, servindo de ferramenta para um lento apagamento de uma mídia que conteste a legitimidade e as ações destas ditaduras. Tal compreensão também facilita a interpretação e o trato de fontes jornalísticas que ao longo dos anos de chumbo escolheram oferecer mais credibilidade e um ar “legal” ao Regime Militar.

A própria busca por uma “verdade absoluta”, com origem no ideário estadunidense do jornalismo, muito absorvido na formação brasileira desta profissão, acaba por ser uma pressão extra sobre estes profissionais, para que ignorem certos relatos que possam ser mais complexos de comprovar. Essa tendência “oficialista” é natural deste modelo, já que ele trabalha com uma hipótese de que apenas é notícia aquilo que tem muitas fontes de confirmação e que contemplam “os dois lados”. O princípio científico de comprovação e validação de fontes fica em segundo plano, em nome de uma suposta majoritária isenção no trato de informações. Em tempos em que um lado do discurso se radicaliza, a busca pela isenção se torna a morte da informação, já que força estes profissionais a fazerem equivalentes morais entre o cadafalso e o

perseguido levado a seu ajuizamento. As próprias opções dos momentos em que a mídia “independente” escolheu deixar esta condição, para não ser isentas perante alguma situação, também refletem um caráter ideológico por trás do abandono da visão “isenta”, tão forte como a ideologia que a criou a princípio.

Não obstante, o jornalismo ainda goza de uma distinção qualitativa em seu relato, segundo uma interpretação de Marcondes Filho de uma visão proustiana do relato:

(...) Proust separa o relato do jornalista, em que o profissional não transcende os fatos, permanecendo no protesto exigindo justiça, moral, práticas essas ‘carentes de genialidade, de instinto’, do relato do artista, que ‘ouve seus instintos’, que põe à vista o inefável, que revela a verdade que o jornalismo encobre (...) (Marcondes Filho, 2013: 63)

Tal impedimento do jornalismo em “transcender” os fatos vem das amarras da deontologia da própria profissão, que mantém o fio do contado entre os limites de valores prescritos num acordo social do que se espera do relato midiático. Nesse sentido, podemos considerar que mesmo com todos os vieses apontados previamente, o relato jornalístico pode ser estudado como fonte histórica baixo essa óptica de que todos os relatos seguem esta mesma “limitação”, o que facilita a análise comparada entre relatos jornalísticos de distintas origens e ideologias sociopolíticas. Contudo, como há sempre profissionais que exercem a construção do relato jornalístico “ignorando” tais convenções, há um risco em se ignorar os outros vieses apontados previamente, confiando apenas na deontologia do jornalismo como garantia para seu uso como fonte histórica.

A influência do período

Marcondes Filho aponta que toda comunicação é um fenômeno que vai além de uma simples transferência de informação. A princípio há um emissor de informação, que necessariamente tem uma intencionalidade em seu ato. Nesse sentido, nenhuma informação chega sem um intuito de convencimento, de venda de uma ideia ou de uma interpretação (2013: 29-30). O labor jornalístico não se isenta dessa condição, ou seja,

há de se considerar que todo relato jornalístico tem por trás de sua realização uma informação passada com uma intenção de convencimento, seja pelo motivo que seja.

Apesar disso, se não há transferência direta de informação, além de tal intencionalidade, há de se considerar o ambiente e o papel do receptor neste fenômeno (Marcondes Filho, 2013: 30). No estudo em questão deste artigo, a situação se desenha com os jornalistas emitindo informações intencionadas em um ambiente contaminado por uma visão de mundo outorgada e uma ideologia vigente do período/local (com todas as variações regionais possíveis). Por fim, o receptor cria suas próprias interpretações com o conjunto de informações que chega a ele, dessa amálgama de influências.

Nesta lógica, há de se compreender que no caso de uma comunicação de caráter transnacional, não se pode imaginar que toda a mensagem dos emissores estadunidenses encontrasse a ressonância que estes mesmos esperavam no receptor brasileiro, à semelhança do receptor estadunidense. Para o caso dos brasileiros em contato com estas coberturas internacionais, aquele conteúdo provinha carregado de uma base ideológica e cultural estadunidense, que se dissipava em um ambiente ideológico brasileiro, que mesmo afetado por uma política de propaganda de Guerra Fria, ainda mantinha presente suas especificidades políticas e socioculturais.

Já o leitor estadunidense teria uma experiência distinta, pois mesmo que recebera a mensagem de um jornalista que compartilha suas mesmas bases culturais e ideológicas, recebia informações de fontes internacionais que vinham carregadas de cultura e interpretações brasileiras. Mesmo ao ler nos EUA, mantinha-se um pouco de ambientação brasileira, o que alterava como os receptores recebiam tais informações. Tal fenômeno se comprova ao se perceber a completa distinção entre as coberturas que eram realizadas por correspondentes que viviam no Brasil e por jornalistas que observavam e interpretavam a situação de longe.

Pode-se compreender tais discrepâncias como reflexos de um embate entre as construções narrativas de cada nação envolvida, especialmente valendo-se da interpretação frankfurtiana de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer sobre a criação de uma indústria de sonhos para a ambientação da população em uma ideologia vigente (1985). Para o período estudado, há de se considerar que a consonância entre os projetos

socioculturais do Regime Militar e do seu aliado ao Norte foi real apenas no princípio da ditadura. Não somente pelo fato de que o passado sociocultural brasileiro não permitia uma aplicação de um ideário exógeno que não contemplasse as já fundamentadas questões de conflito de classe, gênero e raça no país (Ribeiro, 2013), como também porque os interesses do próprio Regime evoluíram para um desacordo com os também cambiantes e flutuantes interesses e políticas externas dos EUA. Nesse panorama, Marcondes Filho destaca que o jornalismo se torna um dos intérpretes de tal diálogo entre a realidade e a construção de tais sonhos de sociedade (2013: 51). Com esta interpretação, pode-se extrapolar que uma análise do jornalismo internacional exige uma compreensão da intersecção entre tais ambientações, narrativas e “sonhos” nacionais, envolvidos na origem dos veículos de imprensa e no local de suas apurações jornalísticas, passando pelos filtros da viagem da informação (e da tradução linguística) e também pelos filtros pessoais dos diversos correspondentes que trabalharam no país, com distintas origens e ascendências culturais.

Para este período histórico e para fontes jornalísticas, uma forma muito efetiva de buscar interpretar tal caso pode vir de compilar as reações e respostas de leitores dos jornais da época, que eram publicadas nas sessões de cartas dos leitores. Obviamente há um problema na análise deste tipo de fonte, que é justamente a mediação prévia dos próprios veículos do que seria ou não publicado, porém mesmo assim ainda se trata de um material de importante valor histórico a ser analisado, desde que se reconheça a limitação de tais fontes para conclusões mais imperativas.

Finalizando tal sessão, se destaca que traduções entre línguas necessariamente alteram e condicionam o processo comunicacional, como também destaca Marcondes Filho. O aspecto mais emocional por trás de certos termos e palavras não se transmite em traduções, que acabam por traduzir o código da mensagem, porém não permitindo o “sentir da língua”, como define o teórico (2013: 42).

A ideologia no relato jornalístico

Da mesma maneira que o acontecimento comunicacional se permeia de todos os fatores já previamente citados, a ideologia é mais um fator que se apresenta na

comunicação. Devido à sua natureza, o jornalismo se torna também altamente suscetível às ideologias que ambientam seu labor. No caso de um jornalismo transnacional, a combinação de ideologias se torna uma realidade mais provável do que a produção de um material informativo de única base ideológica. Assim, as fontes jornalísticas tornam-se também produtos ideológicos, como descritos por Mikhail Bakhtin:

(...) Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado*¹⁸ e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*¹⁹ (...) (Bakhtin, 2009: 31)

Através desta interpretação, pode-se buscar os símbolos ideológicos descritos por Bakhtin nas produções jornalísticas estudadas. Todavia, por tratar-se de um material que ambiciona uma isenção quase “científica” perante os fatos, tais simbologias não se visualizam de maneira tão direta. Mesmo assim, é possível observar o valor ideológico por trás de algumas terminologias e descrições. Ao lermos nas páginas do *The New York Times* notícias sobre o andamento das políticas externas da *Alliance for Progress*²⁰, observa-se a presença do ideário democrata de viés mais liberal²¹ nas análises dos editoriais e artigos do rotativo nova-iorquino. Também se nota a influência ideológica nas escolhas de adjetivos para a descrição de figuras importantes da política e do cenário brasileiro, promovendo caricaturas ideológicas nas tentativas de clarear a um leitor estadunidense as filiações de figuras como João Goulart, Castello Branco, Leonel Brizola, Ernesto Geisel, entre outros. Utiliza-se uma gama variada de adjetivos com alta

¹⁸ Itálico no original.

¹⁹ Itálico no original.

²⁰ Na hemeroteca do *New York Times*, em uma análise dos jornais publicados nos primeiros três anos do Regime Militar, pode-se observar uma clara adesão dos repórteres e articulistas estadunidenses à política de John F. Kennedy da *Alliance for Progress*, incluindo defesas do modelo mesmo após às falhas que este apresentou com a execução posterior de Lyndon B. Johnson. Os editoriais foram a ferramenta mais utilizada para fortalecer este discurso, porém os artigos de Herbert L. Matthews e James Reston também se mostram material altamente vinculado a tal ideário. A cobertura local oferecida por Onís fazia algo de contraponto a tais visões, já que oferecia a realidade brasileira da política externa estadunidense em ação. O compilado de críticas de Onís pode ser lido em (Levinson e Onís, 1970), demonstrando como o correspondente que vivia no Rio de Janeiro acabou por ser o “*front*” contrário às visões que vinham das análises realizadas ainda em Nova Iorque.

²¹ Leia-se aqui “*liberal*” no conceito estadunidense dado a esta denominação político-econômica.

carga ideológica, como “red”, “leftist”, “laborite”, “communist”, “moderate”, “hard-line”, “military”²².

Entretanto, se mostra necessário compreender que durante os vinte e um anos de Regime Militar no Brasil, a cobertura e o valor ideológico de tais adjetivos também foram sofrendo alterações na mídia estadunidense, em grande parte devido às mudanças em política externa dos EUA, que conviveram com as modificações de posicionamento da ditadura brasileira e das próprias coberturas jornalísticas dos correspondentes internacionais, que iam lentamente alterando as percepções de seus editores e leitores, ao trazer referências e expandir suas coberturas com visões e ideários brasileiros, incluindo àquelas da oposição ao Regime Militar. Um grande exemplo que se pode fazer referência é a mudança completa no retrato de Brizola nas páginas do *New York Times*, este que foi de um potencial agitador “comunista” para um líder moderado de esquerda, uma possível saída para uma reabertura da ditadura brasileira, já incômoda aos interesses dos antigos aliados do Norte, durante seu período final²³.

Como a ideologia é um fator externo à consciência individual das pessoas, pode-se observar que as palavras e a comunicação se tornam seus principais expoentes para um campo superestrutural, como descreve o filósofo, fazendo destas “o modo mais puro e sensível da relação social” (Bakhtin, 2009: 35-37).

No entanto, o ideológico enquanto tal não pode ser explicado em termos de raízes supra ou infra-humanas. Seu verdadeiro lugar é o material social particular de signos criados pelo homem. Sua especificidade reside, precisamente, no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação.

Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*²⁴. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de ‘natural’ no sentido

²² Como exemplos, pode-se observar as seguintes notícias: “Brazilian Rebels Claim Victory; Goulart Quits Capital, but Tells Leftist Followers He’ll Fight On”. *The New York Times*. 2 de abril de 1964. p. 1; “Brazilian Laborites Hit Plan”. *The New York Times*. 30 de setembro de 1964. p. 69; “Never a Red, Says Goulart”. *The New York Times*. 6 de abril de 1964. p. 10; “Brizola Charges U.S. Inspired Coup”. *The New York Times*. 10 de maio de 1964. p. 33.

²³ O caso do Brizola pode ser visto em (Gaspari, vol. 4, 2016) e (Gaspari, vol. 5, 2016). Em artigos originais, recomenda-se: Graham Hovey. “U.S. Broadcast to Brazil Appears To Add to the Strains in Relations”. *The New York Times*. 7 de novembro de 1977, p. 12; David Vidal. “Campaign to Restore Dissidents’ Political Rights Is Pressed in Brazil, but President Appears Reluctant”. *The New York Times*. 16 de março de 1978. p. A6.

²⁴ Itálico no original.

usual da palavra.²⁵ não basta colocar face a face dois *homo sapiens*²⁶ quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. (Bakhtin, 2009: 35)

Conclusões

A partir destas análises, pode-se concluir que a compreensão e a permeabilidade entre as distintas ideologias em conflito/confluência numa produção jornalística de caráter internacional nasce de um constante processo de construção de pequenos consensos e bases compartilhadas, estas que nascem da própria constituição informativa prévia, num ciclo de retroalimentação. No caso do objeto deste artigo, conclui-se que o desenvolvimento de um ideário e de uma História transnacional entre os EUA e o período militar brasileiro se dá de uma combinação de influências de ambas as realidades, que se observa mais plenamente nos relatos construídos pelos correspondentes internacionais trabalhando no país à época.

Portanto, o tratamento para o uso do jornalismo internacional como fonte para a construção de um relato histórico transnacional exige cuidados distintos daquele que se aplica à construção da História sob uma óptica somente nacional, mesmo que em muitas vezes tal análise utilize-se necessariamente das mesmas ferramentas citadas neste artigo. A aproximação metodológica para o estudo de fontes apresentada busca oferecer uma saída interpretativa para a construção de uma visão mais ampla de um complexo momento histórico brasileiro, oferecendo assim ferramentas para o contínuo avance da História das Relações Internacionais do Regime Militar Brasileiro com os EUA.

Referências

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

²⁵ Referência no original: A sociedade, evidentemente, é também uma parte da natureza, mas uma parte que é qualitativamente distinta e separada dela e que possui seu próprio sistema de leis específicas.

²⁶ Itálico no original.

AIMÉ GONZÁLEZ, Elsa. “Dialogar con la Escuela Inglesa: Una reflexión sobre la expansión de la sociedad internacional y el estándar de civilización”. In: GARCÍA SEGURA, Catarina, SANAHUJA, José Antonio e VERDES-MONTENEGRO, Francisco J. (Coords.). **100 Años de Relaciones Internacionales: Una mirada reflexiva**. Valência: Tirant lo Blanch, 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História**. São Paulo: Alameda, 2020.

BULL, Hedley. **The Anarchical Society: A study of order in world politics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1977.

BULL, Hedley e WATSON, Adam (Eds.). **The Expansion of International Society**. Oxford: Clarendon Press, 1984.

DONNELLY, Jack. “Human Rights: A new standard of civilization?”. **International Affairs**. Oxford, Volume 74, nº 1, 1998, pp. 1-23.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada: As ilusões armadas**. Volume 2 da Coleção Box Ditadura. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada: O sacerdote e o feiticeiro**. Volume 4 da Coleção Box Ditadura. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. Volume 5 da Coleção Box Ditadura. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GONG, Gerrit W. The Standard of “Civilization”. **International Society**. Oxford: Clarendon Press, 1984.

KUCINSKI, Bernardo. **A Síndrome da Antena Parabólica: Ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2018.

LEVINSON, Jerome e ONÍS, Juan de. **The Alliance that Lost its Way: A critical report on the Alliance for Progress**. Chicago: Quadrangle Books, 1970.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Rosto e a Máquina: O fenômeno da comunicação visto pelos ângulos humano, medial e tecnológico**. Nova Teoria da Comunicação, Volume 1. São Paulo: Paulus, 2013.

MEDINA, Cremilda. **O Signo da Relação: Comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

PASSOS, John dos. **O Brasil em Movimento**. São Paulo: Benvirá, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2013.